

# Sistematização começa a votar hoje destaques sobre sistema de governo

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB repeliram, ontem, uma tentativa, a título de consulta, do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (SP), de transferir de amanhã para terça-feira a votação do sistema de governo, e antecipar a votação do mandato do Presidente Sarney, prevista para o fim do mês.

Ulysses, como interlocutor do Presidente da República, visava ganhar tempo, na esperança de que novas negociações levassem a um acordo favorável ao presidencialismo e ao mandato presidencial de cinco anos.

Com esse objetivo, Ulysses fez uma reunião com os líderes do PMDB no Senado e na Constituinte, Fernando Henrique Cardoso (SP) e Euclides Scalco (PR), e com o Senador José Richa (PR). Na ocasião, Scalco informou haver sido procurado por representantes do PT, PDT, PSB e dos PCs que propunham um entendimento para an-



Afonso Arinos conversa com Fernando Henrique

tecipar a votação do sistema de Governo. O Deputado, que não concordava com a proposta — apoiado pelo PFL — disse a Ulysses que o PMDB não poderia, a esta altura, patrocinar o adiamento da votação e provocar maior descontentamento. Decidiu-se, então, manter o calendário, começando hoje a votação do sistema de Governo.

Mas o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (BA) não desistiu. A tarde, procurou Fernando Henrique com

a mesma proposta de Ulysses: votar sistema de governo e mandato presidencial, na terça-feira. Alegava a necessidade de evitar um confronto entre a Constituinte e o Executivo, que poderia chegar a um impasse e transformar-se numa crise política. Irredutível, Fernando Henrique argumentou que há mais de dois meses os parlamentaristas tentaram um acordo com o Planalto, sem êxito.

— Agora é tarde — afirmou.

Sant'Anna espera, até amanhã, obter um acordo sobre esses temas. Para parlamentaristas do grupo "progressista" do PMDB, Sant'Anna, ciente da derrota que sofrerá quanto ao presidencialismo, está, em nome do Palácio do Planalto, acenando com a possibilidade de aceitar o parlamentarismo para garantir o mandato de cinco anos a Sarney. Segundo esses parlamentaristas, a aprovação do parlamentarismo está assegurada e o mandato de cinco anos depende de uma negociação.

O Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, está convencido de que, se o sistema presidencialista for aprovado, não haverá como impedir a fixação do mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney. Ulysses chegou a manifestar esse pensamento no jantar em homenagem ao ex-Ministro Raphael de Almeida, na residência oficial do Governador do Distrito Federal, José aparcerido.

Ulysses está convencido da maioria parlamentarista na Sistematização, mas crê em um "empate técnico" no plenário da Constituinte. Revelou a amigos que uma pesquisa entre os constituintes deu como resultado 51 por cento de parlamentaristas e 49 por cento de presidencialistas. Tão pequena diferença, na sua avaliação, obrigará as duas correntes a uma negociação, o que, em sua opinião, é positivo porque evita que se tenha "vencidos e vencedores".

A Comissão de Sistematização começou ontem a aprovar, na prática, o parlamentarismo, ao votar dispositivos que se inspiram nos princípios do sistema de gabinete. Combatendo emenda do Deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP), que propunha retirar do Presidente a indicação de um terço dos membros do Tribunal de Contas da União, o Senador José Fogaça (PMDB-RS) frisou que, no parlamentarismo, como o Presidente é "um Chefe de Estado sem funções executivas", esse dispositivo se torna moralizador. O destaque foi rejeitado por 78 votos a 15.

O espírito do parlamentarismo também foi aceito com a aprovação, por 83 dos 92 constituintes presentes, de uma emenda do Deputado José Maria Eymael (PDC-SP) que tira do Presidente da República o papel de intermediário entre as Mesas da Câmara e do Senado e os Ministros, em pedidos de informação e esclarecimentos.

## Sant'Anna reclama do 'rolo compressor' da Mesa

BRASÍLIA — Diante da convicção de que assiste à maior derrota do Palácio do Planalto na Constituinte até agora — na votação do sistema de governo, na qual o Presidente José Sarney deseja ver mantido o presidencialismo e a Comissão de Sistematização tende para o parlamentarismo —, o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, está se queixando do que chama de "rolo compressor" na direção dos trabalhos da Constituinte.

Mesmo tendo participado da reunião com os líderes partidários, promovida pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para fixar o novo calendário dos trabalhos da Comissão, Sant'Anna agora reclama da decisão. Ao determinar o prazo para que se vote cada título do substitutivo — decorrido o prazo o texto fica automaticamente mantido — a Mesa da Constituinte impede a utilização de estratégias regimentais como, por exemplo, a obstrução de votação. Era o que Sant'Anna pretendia fazer para ganhar tempo para negociar o mandato do Presidente combinado com o sistema de governo.

— Cheguei um pouco atrasado à reunião. Mas lá vi um clima de entendimento que agora não há na Sistematização — queixou-se.



Sant'Anna: antecipando a derrota

O descontentamento de Sant'Anna começou com a indicação dos representantes do PMDB na Comissão. Para ele, seu grupo, o "moderado", não está representado na sua proporção real. A "esquerda" do partido, representada pelo MUP — "Movimento Unidade Progressista" —,

segundo ele, tem pouco mais de 30 integrantes e na Comissão tem 11 votos.

— A Comissão foi cuidadosamente composta por Covas (o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas). Ele escolheu os mais competentes, na tribuna, no regimento, e lá os colocou. Nós não estamos com a representação da proporção que somos — afirma.

Como prova, Sant'Anna lembra nem mesmo o Deputado Prisco Viana, nomeado para o Ministério do Desenvolvimento Urbano, foi substituído por um parlamentar do grupo "moderado". A Liderança do PMDB indicou o "progressista" Jorge Hage (BA).

Consciente da dificuldade de aprovar o presidencialismo na Comissão, Sant'Anna reconhece que os "moderados" estiveram bastante mobilizados até agora, mas nos últimos dias arrefeceram. Nas votações sobre o sistema de governo o grupo estará pronto, mas a reversão do quadro o Líder do Governo deixa nas mãos do PFL:

— Se ele nos der 17 ou 18 votos, ganha o presidencialismo — garante, sem duvidar que o mandato de Sarney será de cinco anos, mesmo que o sistema aprovado pela Comissão de Sistematização seja o parlamentarista.

## Fernando Henrique teme consequências

BRASÍLIA — Embora reconheça que o parlamentarismo é o melhor sistema de governo e esteja certo de que ele será aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que se preocupa com as consequências da aprovação da matéria. Em função disso, pediu que todos passem a evitar críticas ao Presidente José Sarney, a fim de que "o processo de transição e as instituições sejam preservadas".

— O primeiro passo depois da aprovação do parlamentarismo é a sustentação política do novo sistema de governo. Por isso, não é hora de malhar o Judas — explicou o Senador.

Fernando Henrique disse que a sua preocupação é motivada pelas recentes demonstrações de insatisfação na área militar e pelo "nervosismo demonstrado pela sociedade".

Ele considera importante que as atenções deixem de ser voltadas exclusivamente para o Presidente Sarney. Entende que elas devem estar postas no País como um todo.

O Líder do PMDB disse estar certo de que a Comissão de Sistematização caminha para a aprovação de um mandato de quatro anos para o Presidente Sarney. E acrescentou que os próprios integrantes do PFL começam a dar demonstrações disso.

# Aprovada a figura do Primeiro-Ministro

BRASÍLIA — Como não houve nenhum pedido de preferência para retirar a expressão "Primeiro-Ministro" — citada dez vezes nas cinco primeiras seções do título sobre Organização de Poderes e Sistema de Governo —, a Comissão de Sistematização da Constituinte praticamente definiu ontem como serão as relações do Poder Legislativo com o futuro Chefe de Governo.

Conforme acordo firmado pelas lideranças, a Comissão de Sistematização votou os pedidos de preferência ao título nas matérias específicas sobre o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional. Como o consenso entre os parlamentares é de que dificilmente haverá tempo para votar os destaques, foram considerados praticamente aprovados os dispositivos que prevêem a eleição do Primeiro-Ministro por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e a garantia de que não perderia mandato o deputado ou senador investido nesta função.

Segundo o mesmo raciocínio, os parlamentares também acataram os dispositivos que dão ao Congresso Nacional as prerrogativas de autorizar o Primeiro-Ministro a se ausentar do País, fixar sua remuneração,



Senador Nelson Carneiro

julgar suas contas e relatórios sobre a execução do plano de governo e, também, de convocar o Chefe de Governo a prestar depoimentos. A Câmara poderá autorizar que ele seja processado e julgado, proceder à to-

mada de contas quando elas não forem apresentadas ao Congresso e recomendar ao Primeiro-Ministro que afaste pessoas de sua equipe de Governo. Caberá ao Senado processá-lo e julgá-lo por crimes de responsabilidade e apreciar suas propostas para a dívida consolidada da União.

Os parlamentaristas já têm pronto o texto que pretendem aprovar na Comissão de Sistematização nas sessões de hoje e amanhã, destinadas à votação das atribuições do Presidente da República e da formação do Governo. Entre as alterações que pretendem propor ao texto do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), está a possibilidade de o Presidente — ao ser negado o voto de confiança ao Governo — dissolver a Câmara dos Deputados a pedido do Primeiro-Ministro. A única condição é a de que haja um pronunciamento favorável do Conselho da República, que será criado.

O Conselho da República será formado pelos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e, ainda, pelo Primeiro-Ministro, Líderes da Maioria e da Minoria na Câmara e no Senado, Ministro da Justiça e seis ci-

dadãos indicados pelo Presidente da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados. Será considerado crime de responsabilidade do Presidente da República, segundo a proposta dos parlamentaristas, os atos lesivos à Constituição, contra o sistema de governo e o livre exercício dos poderes da União e dos Estados. Da mesma forma, será proibido ao Presidente da República, desde a sua posse, filiar-se ou vincular-se a partido político, ainda que em cargo honorífico, a partir de uma emenda do Senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). O texto parlamentarista é uma reunião de emendas dos Senadores Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Chiarelli e dos Deputados Arnaldo Prieto (PFL-PE) e Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Os que defendem a mudança de sistema de governo irão propor que o Presidente da República possa fazer duas indicações para o cargo de Primeiro-Ministro, caso a primeira seja rejeitada pela Câmara. Se, ainda assim, não conseguir aprovação, a própria Câmara terá que eleger alguém para ocupar o cargo, em prazo não superior a dez dias. Se isto não acontecer, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara e convocar eleições extraordinárias.

## Comissão retira dos parlamentares a imunidade antes da diplomação

BRASÍLIA — O parlamentar que tiver sido processado criminalmente antes da expedição do diploma poderá perder as imunidades garantidas pela Constituição. A Comissão de Sistematização rejeitou ontem emenda do Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) que propunha a supressão da frase "salvo em relação a delitos praticados anteriormente" do dispositivo que regulamenta a imunidade dos Deputados e Senadores.

Segundo Andrada, sua proposta tem amparo em todas as Constituições anteriores, que sempre conferiram aos parlamentares a imunidade absoluta.

A Comissão aprovou ainda a redução do quorum exigido para a aprovação de leis ordinárias. Pelo texto seria necessária a presença em plenário da maioria dos integrantes das duas Casas do Congresso, o que configura a maioria absoluta. A emenda aprovada, de autoria do Deputado Adylson Motta (PDS-RS), reduziu este quorum para a chamada maioria simples, que consiste em considerar aprovada a matéria que obtiver a maioria do número de par-

lamentares presentes ao plenário. O Deputado Cunha Bueno (PDS-SP) conseguiu aprovar uma emenda que permite alterar o texto constitucional para abolir a forma republicana de Governo. Monarquista, ele propôs a supressão da expressão "forma republicana" da relação daquelas situações em que não serão admitidas emendas à Carta. A emenda foi aprovada por 69 votos a 18.

Os parlamentares poderão assumir, sem prejuízo do mandato, as funções de chefe de missão diplomática permanente e Prefeituras das capitais. A aprovação da emenda do Deputado José Jorge (PFL-PE), que garantiu esta prerrogativa aos parlamentares, beneficia o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Deputado Álvaro Antônio, e o Vice-Governador de São Paulo, Almino Afonso, suplente de Senador, cotado para candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, no ano que vem. E provocou o seguinte comentário do Vice-Presidente da Mesa, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA):

— O Itamaraty que se cuide. Contra a proposta falou o Deputa-

do Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), para quem permitir ao parlamentar assumir tais cargos sem prejuízo do seu mandato significa um incentivo à fuga de valores do Congresso.

A Comissão rejeitou, por 56 votos a 25, emenda que pretendia estabelecer como competência exclusiva do Congresso a concessão e renovação das concessões de emissoras de rádio e televisão. Apresentada pelo Deputado Florestan Fernandes (PT-SP), a proposta foi combatida pelo Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) e pelo próprio Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-RJ).

Artur da Távola, Relator da comissão temática que tratou do assunto, argumentou que o Executivo é o poder que concede e o Congresso o poder fiscalizador.

— A abertura do precedente poderia fazer com que até mesmo concessões de serviços como linhas de ônibus tivessem de passar pelo Congresso no futuro.

Cabral concordou com Artur da Távola, afirmando que ele colocara a questão nos devidos termos.

## STF vai acatar processo contra Líder do PDT

BRASÍLIA — O Supremo Tribunal Federal (STF) não precisa de licença prévia para processar constituintes. Esse foi o entendimento a que chegaram ontem os ministros do STF ao julgar pedido de licença encaminhado pelo Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, para processar o Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), com base na Lei de Imprensa, por crime de calúnia contra um funcionário do Proderj.

A decisão inédita do STF derruba o artigo primeiro do Regimento Interno da Assembléia Constituinte, que estabelece a inviolabilidade dos constituintes. Pelo Regimento, é necessário pedido de licença à Assembléia. Mas o STF julgou aplicável o artigo 32 da Constituição Federal, que prevê o trancamento de processos contra parlamentares mediante projeto de resolução da Câmara ou do Senado. Agora, o STF deverá convocar Brandão Monteiro para interrogá-lo e dar prosseguimento ao processo por declarações feitas ao GLOBO em 1985, denunciando fraude na concessão de carteiras de habilitação no Detran do Rio.